

Comunicado de imprensa

O elevador social da educação: a diferença de acesso ao emprego entre os jovens com ensino superior e os jovens com ensino básico aumentou quase 7 pontos em 20 anos

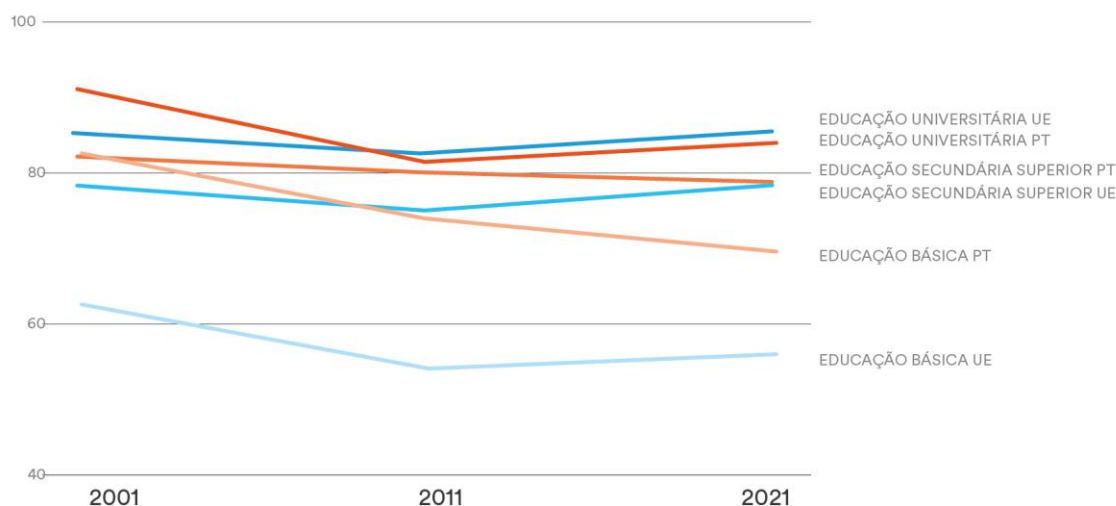
LISBOA | 23 de setembro de 2024

A massificação dos diplomas do ensino superior tem suscitado dúvidas na opinião pública sobre o valor e as oportunidades que efetivamente geram entre os jovens, especialmente no mercado de trabalho. No entanto, o estudo *A educação e os seus efeitos sobre as oportunidades dos jovens* mostra que o ensino superior, bem como a formação profissional, constituem um elevador social, com um impacto positivo no acesso dos jovens ao mercado de trabalho. Esta é uma das principais conclusões deste relatório incluído no dossier *Jovens, oportunidades e futuro*, do Observatório Social da Fundação "la Caixa".

O estudo, liderado por Lúgia Ferro, da Universidade do Porto, e Pedro Abrantes, da Universidade Aberta e do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, analisa a evolução educativa dos jovens portugueses e o impacto que esta teve nas suas oportunidades de emprego nas últimas duas décadas, utilizando dados comparativos do Eurostat e da OCDE. Entre as conclusões, os autores destacam que a diferença entre a taxa de emprego dos jovens portugueses com um nível de ensino básico e os licenciados aumentou 6,6 pontos em 20 anos, sendo mais elevada entre os estudantes com ensino superior.

Em 2021, a taxa de emprego dos jovens de 25-34 anos com formação universitária ou profissional era de 84%, em comparação com 69,6% de emprego entre os jovens com ensino primário ou secundário, uma diferença de 14,4%. Em 2001, o emprego dos jovens com ensino superior foi de 90,7%, e a dos jovens com o ensino básico foi de 82,9%, como se pode ver no gráfico abaixo:

Taxa de emprego dos 25-34 anos por nível de ensino



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Eurostat (*Inquérito às forças de trabalho*).

Numa perspetiva europeia, entre 2001 e 2021, a diferença aumentou em mais de 6 pontos a favor dos jovens com ensino superior. Enquanto a taxa de emprego dos jovens de 25-34 anos com diploma superior era de 85,1% em 2021, a empregabilidade dos jovens europeus com ensino primário ou secundário era de 56%, uma diferença de 29,1%. Em 2001, a taxa de emprego dos jovens com ensino superior era de 85,3% e a dos jovens com ensino básico era de 62,6%, uma diferença de 22,7%.

“O nível educativo dos jovens tornou-se um fator ainda mais decisivo para as suas oportunidades no mercado de trabalho. Esta tem sido uma tendência constante ao longo das duas últimas décadas e continuou a ser observada em 2022 e 2023, segundo dados publicados este ano. Além disso, é uma tendência mais forte entre as raparigas. Por outras palavras, a desigualdade entre homens e mulheres aumentou para as jovens com baixos níveis de escolaridade, mas quase desapareceu entre quem tem formação superior”, afirmou o coautor do estudo, Pedro Abrantes.

O impacto do ensino secundário

A comparação, no mesmo período, entre os jovens com formação superior e os que concluíram o ensino secundário (cursos científico-humanísticos e profissionais) revela

igualmente um aumento do diferencial da taxa de emprego em mais de 6 pontos a favor dos primeiros.

Assim, enquanto a taxa de emprego dos jovens com ensino superior era de 84 % em 2021, a taxa de emprego dos jovens portugueses com apenas o ensino secundário científico-humanístico ou profissional era de 79,2 %. Relativamente a 2001, a taxa de emprego dos jovens com ensino superior era de 90,7 % e a dos jovens com ensino secundário de 82,6 %. O quadro seguinte resume todos os dados acima analisados:

Nível de escolaridade e taxa de emprego em Portugal e UE-27

		Taxa de emprego dos 25-34 anos		
		2001	2011	2021
PORTUGAL	Ensino básico	82,9%	74,1%	69,6%
	Ensino secundário	82,6%	80,1%	79,2%
	Ensino universitário	90,7%	81,9%	84,0%
UE-27	Ensino básico	62,6%	54,1%	56,0%
	Ensino secundário	78,5%	75,2%	78,4%
	Ensino universitário	85,3%	82,6%	85,1%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Eurostat (*Inquérito às forças de trabalho*).

Como conclui Pedro Abrantes, reportando-se aos dados libertados no início de setembro deste ano pela OCDE, “a tendência observada neste estudo mantém-se, ou seja, as taxas de emprego têm vindo a aumentar para os jovens com ensino superior ou com cursos profissionais de nível secundário, mas não para aqueles que não têm o ensino secundário ou têm apenas o diploma do 12^o feito num curso científico-humanístico”.

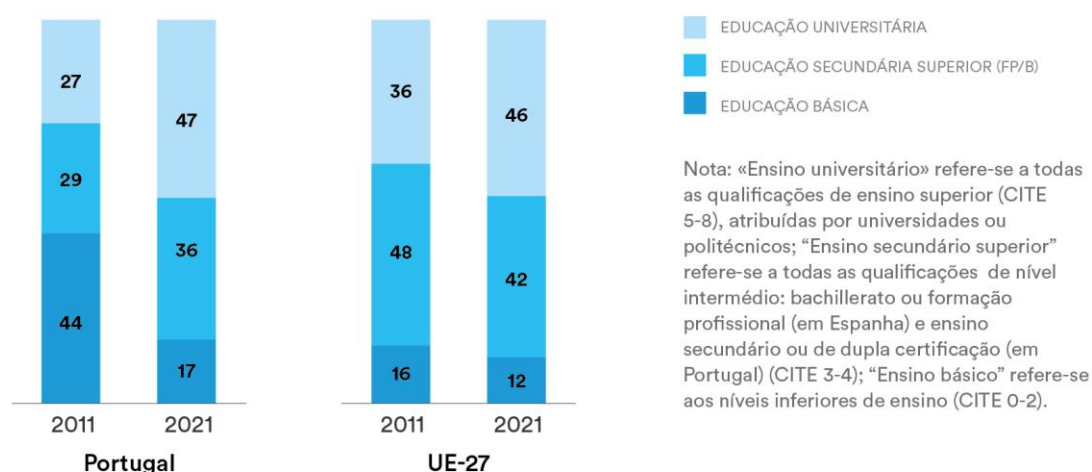
Polarização dos níveis de ensino

Analisando em pormenor a evolução da educação dos jovens portugueses entre 2011 e 2021, os autores constataram que a polarização dos níveis de educação dos jovens em Portugal é superior à média europeia.

A polarização dos níveis de escolaridade dos jovens em Portugal é superior à média europeia. Há treze anos, 44% dos jovens tinham o ensino básico, 29% o ensino secundário e os restantes 27% o ensino superior. No mesmo ano, a média europeia de jovens com o ensino básico era de 16%, contra 48% de jovens com o ensino secundário e 36% de jovens com o ensino superior.

Em 2021, a taxa de jovens portugueses com apenas o ensino básico desceu para 17%, enquanto 36% dos jovens tinham o ensino secundário e 47% o ensino superior. No mesmo ano, a média de jovens europeus com o ensino básico era de 12%, 42% com o ensino secundário e 46% com o ensino superior, como mostra o gráfico abaixo:

Nível de escolaridade dos jovens (25-34 anos) em Portugal e UE-27 (%)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da OCDE (*Panorama da educação, 2022*).

“Registaram-se progressos significativos. No entanto, uma grande percentagem de jovens abandona o sistema educativo sem obter sequer um diploma do ensino secundário, encontrando-se atualmente em situações de vulnerabilidade e de risco de exclusão mais acentuadas do que no passado. Para além da idade, existem outras variáveis como a classe social, o género e a origem territorial”, salientou a coautora do relatório e investigadora da Universidade do Porto, Lúgia Ferro.

“No que diz respeito ao abandono escolar prematuro, foram feitos progressos significativos em Portugal e Espanha por comparação à média europeia. No entanto, uma percentagem considerável de jovens abandona o sistema educativo sem obter um diploma do ensino secundário e estes jovens encontram-se hoje em situações de vulnerabilidade e de risco de exclusão mais acentuadas do que no passado.”, afirma.

Os portugueses, entre os mais sociáveis da Europa

O dossier do Observatório Social da Fundação "la Caixa" inclui o estudo *As relações pessoais dos jovens com o seu entorno*, no qual os investigadores examinaram em que medida a sociabilidade de jovens portugueses entre os 18 e os 34 anos é semelhante à do resto da União Europeia.

Os autores Joan Miquel Verd, Mireia Bolívar e Joan Rodríguez-Soler, do Centre d'Estudis Sociològics sobre la Vida Quotidiana i el Treball (QUIT) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), e Rita Gouveia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com base na análise dos dados da décima vaga do European Social Survey (ESS) (2020-2022), concluíram que os jovens portugueses estão entre aqueles que se sentem mais próximos dos pais (49,5%), apenas ultrapassados pelos espanhóis (56,6%) e gregos (51,1%). A média europeia é de 37,9%. "Esta proximidade está relacionada com as interdependências materiais e emocionais entre os jovens adultos e os seus pais, não esquecendo que, dadas as dificuldades de acesso à habitação, Portugal é um dos países europeus onde os jovens ficam até mais tarde em casa dos pais", afirma a investigadora Rita Gouveia.

"Estamos perante um modelo de bem-estar mediterrânico em que a família fornece os recursos que o Estado não consegue providenciar. Atua como um subsidiário. Sem dúvida que, para além dos fatores culturais, um certo sentimento de gratidão também desempenha um papel", acrescenta ainda o autor principal do estudo, Joan Miquel Verd, do Centre d'Estudis Sociològics sobre la Vida Quotidiana i el Treball (QUIT) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

Outra das conclusões deste estudo é o facto de 67,9% dos jovens portugueses afirmarem que, no seu tempo livre, se encontram várias vezes por semana, senão todos os dias, com amigos, familiares ou colegas de trabalho. Este é o quarto valor mais elevado da União Europeia, apenas ultrapassado pelos jovens da Bulgária (76,1%), Croácia (73,5%) e Países Baixos (67,9%). Na União Europeia, o número médio de jovens que se encontram com amigos, familiares ou colegas de trabalho todos os dias ou várias vezes por semana no seu tempo livre é de 52,4%.

Apesar da maior frequência de interação dos jovens em Portugal, a dimensão das suas redes pessoais é menor do que no conjunto da UE. Quando se trata de falar de assuntos íntimos e pessoais, as redes dos jovens em Portugal são constituídas mais comumente por 3 pessoas (34,4%). Em contrapartida, a média europeia situa-se entre 4 e 6 pessoas. "Sabe-se que a configuração das redes pessoais, quer em termos da proporção de amigos e familiares que as compõem, quer em termos de tamanho, varia ao longo do percurso de vida, dos recursos económicos e sociais, mas também de eventos mais globais como as crises económicas ou a pandemia COVID-19", relata

a investigadora Rita Gouveia, que estudou também os efeitos do confinamento no quotidiano dos jovens.

Isolamento social dos jovens portugueses

O estudo analisa também o nível de isolamento social dos jovens, comparando juntamente a situação em Espanha e Portugal com a média da União Europeia. Os dados mostram que o isolamento social é mais prevalente entre os jovens de origem estrangeira, com maior vulnerabilidade económica e em situação de desemprego, embora, em geral, esse isolamento seja menor nos países da Península Ibérica.

Em particular, 10,9% da população jovem em Portugal e Espanha sofre de algum isolamento social, declarando que se encontra com amigos, familiares ou colegas de trabalho uma vez por mês ou menos no seu tempo livre. Esta percentagem é ligeiramente superior na UE no seu conjunto, com 12,4% da população jovem. No entanto, dentro deste grupo, as desigualdades também se verificam.

Nestes dois países, observa-se que os jovens do sexo masculino estão mais isolados do que as jovens do sexo feminino, ao contrário do que acontece na UE no seu conjunto. O local de nascimento também influencia o nível de isolamento social. Na Península Ibérica, a percentagem de jovens nascidos fora do país de residência que sofrem de isolamento é superior à dos nascidos no país de residência. A percentagem desta categoria é a única que apresenta valores mais elevados do que a média da UE. Por outro lado, a percentagem de pessoas nascidas no país que sofrem de isolamento é inferior à média da UE.

Por outro lado, os dados mostram que quanto mais baixo é o estatuto profissional dos pais e quanto maior é a vulnerabilidade económica do agregado familiar, maior é a percentagem de jovens que sofrem de isolamento. Na UE, este impacto é semelhante, mas com valores consistentemente mais elevados.

O desemprego é a situação face ao mercado de trabalho em que os jovens revelam maior isolamento social, com percentagens semelhantes entre Portugal, Espanha e o conjunto da UE. Entre os jovens desempregados, os que estiveram desempregados de longa duração são os mais isolados. Em contrapartida, os que nunca estiveram desempregados são os menos isolados, confirmando a associação entre desemprego e menor sociabilidade. Mais uma vez, a percentagem de jovens que sofrem de isolamento nestas situações é mais elevada no conjunto da União Europeia do que na Península Ibérica.

“Estes dados revelam como as desigualdades sociais, que sabemos serem acentuadas no nosso país, têm um impacto significativo também no campo da

sociabilidade e das relações pessoais. Portanto, o isolamento social dos jovens deve ser combatido com políticas públicas multissetoriais que promovam a inserção profissional, condições laborais estáveis e uma articulação equilibrada entre trabalho e vida pessoal, bem como políticas de acolhimento e integração de imigrantes, que garantam a sua participação social. Também a questão da saúde mental deve ser uma prioridade, pois sabemos que o comprometimento dos laços sociais tem um impacto negativo no bem-estar psicológico.”, alerta Rita Gouveia.

O impacto da reforma laboral no emprego temporário dos jovens

Por último, o dossier *Jovens, oportunidades e futuro* do Observatório Social da Fundação "la Caixa" inclui também o estudo *As reformas laborais reduziram o emprego temporário entre os jovens?*, realizado por Alejandro Godino e Óscar Molina, do Centre d'Estudis Sociològics sobre la Vida Quotidiana i el Treball (QUIT) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), e por Fátima Suleman, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET, DINÂMIA'CET e DINÂMIA'CET. Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), e por Fátima Suleman, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET

Este relatório, em que os dados de 2020 e 2021 foram omitidos devido ao efeito da crise sanitária, conclui que a tendência de redução da temporalidade resultante da reforma laboral de 2023 não é muito evidente no caso de Portugal, embora tenhamos muito poucos meses para avaliar o seu impacto.

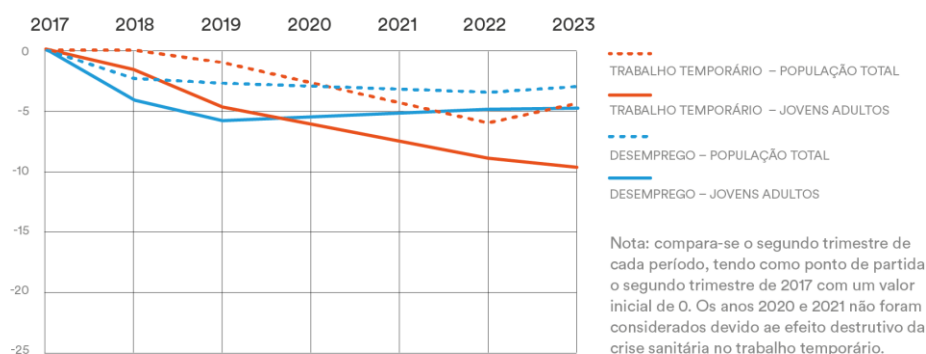
Em abril do ano passado, o Governo português aprovou a Agenda para o Trabalho Digno, que visa reduzir o recurso a contratos temporários, limitando a sucessão de contratos, aumentando as indemnizações por cessação de contratos a termo e reduzindo a duração dos contratos a termo de seis para quatro anos. Trata-se de uma medida muito recente, pelo que os autores alertam para o facto de os possíveis efeitos que podem ser observados a partir destes dados deverem ser interpretados com cautela.

A primeira coisa que se destaca é uma redução significativa do emprego temporário no período pós-pandemia (-6% no segundo trimestre de 2022 e -4,3% no segundo trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período de 2017). Curiosamente, porém, esta redução será maior em 2022 do que quando a Agenda do Trabalho Digno for aprovada em abril de 2023. Estas reduções ocorrem em paralelo com menores diminuições da taxa de desemprego, enquanto a população ativa parece mesmo estar a aumentar.

“Uma explicação possível seria uma recuperação económica mais lenta em Portugal após a crise da Covid, arrastando os dados ligados ao efeito de composição, segundo o qual os trabalhadores estáveis representariam uma proporção maior de trabalhadores do que em outros períodos, dada a expulsão de trabalhadores

temporários do mercado de trabalho em tempos de crise”, destacou o coautor do estudo, Alejandro Godino do Centre d’Estudis Sociològics sobre la Vida Quotidiana i el Treball (QUIT) da Universidade Autònoma de Barcelona (UAB).

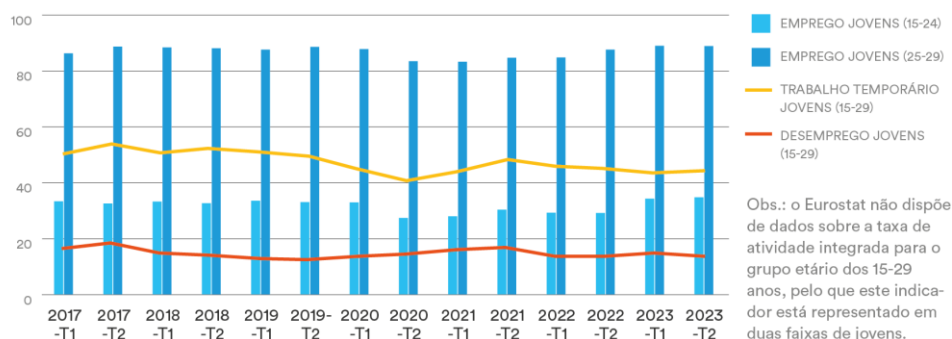
Variação da percentagem de postos de trabalho temporários e da taxa de desemprego da população total e dos jovens (15-29 anos), relativamente a 2017



Fonte: Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (LFS, Labour Force Survey), Eurostat (2023).

No que diz respeito aos jovens, parece haver uma clara diminuição da proporção de pessoas contratadas com contratos temporários no período após a aprovação da reforma trabalhista em relação aos períodos anteriores: praticamente inexistente em relação a 2022 e mais evidente em relação ao período pré-pandemia, ocorrendo junto com quedas na taxa de desemprego e aumentos na taxa de atividade (gráfico 3). No entanto, essa redução do trabalho temporário não chega a 1% para a população jovem no trimestre em que a reforma é aprovada (abril-junho de 2023) em relação ao ano anterior, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Evolução trimestral da taxa de atividade, taxa de desemprego e o rácio de empregados em trabalho temporário da população jovem portuguesa no período 2017-2023



Fonte: Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (LFS, Labour Force Survey), Eurostat (2023).

“As reformas laborais aprovadas em Espanha e em Portugal só parecem ter reduzido sistematicamente a temporalidade dos jovens no caso espanhol. Este facto deve-se principalmente a medidas estruturais que alteraram as práticas empresariais

estruturais no que diz respeito ao recurso à contratação temporária. Em contrapartida, a reforma portuguesa, menos ambiciosa, não teve um impacto significativo na temporalidade dos jovens, sendo medidas semelhantes a iniciativas implementadas anteriormente em Espanha, com resultados igualmente fracos. Este facto sugere que apenas mudanças institucionais profundas na regulação do mercado de trabalho podem melhorar substancialmente as condições dos jovens trabalhadores”, destacou o investigador e coautor do estudo, Alejandro Godino.

[O Observatório Social da Fundação "la Caixa"](#)

O Observatório Social da Fundação "la Caixa" é um espaço de análise, debate e reflexão que estuda as mudanças que ocorrem na sociedade e difunde os conhecimentos das ciências sociais para favorecer o enriquecimento do debate público informado.

[Fundação "la Caixa": 50 milhões de euros para 2024](#)

A Fundação "la Caixa" iniciou em 2018 a sua implantação em Portugal, consequência da entrada do BPI no Grupo CaixaBank. Em 2024, destina 50 milhões de euros a projetos sociais, de investigação, educativos e de divulgação cultural e científica.

Departamento de Comunicação e Programas da Fundação "la Caixa":

FILIPA QUITOfilipa.quito@tinkle.pt

+351968823861

MARTA SÁNCHEZmarta.sanchez@fundaciolacaixa.org

+34 618 254 117

X

@FundlaCaixa

SALA DE IMPRENSA<https://fundacaolacaixa.pt/pt/atualidade>